

Então, pelo número que é, não vai fazer diferença nenhuma orçamentária no fundo ou para o Estado. A senhora falou sobre Assistência Social. Assistência Social lembra muito... Eu sou oriundo da área de TI. Só que na área de TI as pessoas só lembram que você existe na empresa quando dá algum problema. Se não der nenhum problema, você não existe e você é um incompetente porque ela nunca precisa... Nem sei quem é, então, não serve para nada. E, na verdade, não é assim. Quando está, quando não lembram de você é porque você está trabalhando e deixando ...

A SRA. TIA JU - É o coração da empresa, muitas das vezes.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, Assistência Social é a mesma coisa. Quando... Nunca lembram no orçamento, mas todos os problemas que dão, a primeira coisa...

A SRA. TIA JU - Manda para a Assistência.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Manda para a Assistência. Choveu, desabou, Assistência Social. Pegou fogo, caiu o prédio, Assistência Social. Caiu prédio na Muzema, Assistência Social.

Então, isso é importante. Porque se a gente não tiver a nossa retaguarda, que é a Assistência Social, sempre estruturada, bem-preparada e funcionando, é óbvio que o Estado vai pagar caro por isso. E como o Estado paga caro, a sociedade também paga.

Passar a palavra para o Secretário, Dr. Matheus Quintal.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Deputada, é claro e notório que o orçamento da parte de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos foi sendo suprimido a cada ano, desde 2013, por conta de toda crise financeira, fiscal, enfim, que nosso Estado vivenciou. E a gente ficou muito preocupado com essa queda de arrecadação, enfim, fiscal. E o primeiro lugar - e a gente falava isso ontem numa reunião -, parece que o primeiro lugar do corte, não sei se é por causa do "a", que é ação social, o primeiro lugar que se corta é na Assistência Social.

A SRA. TIA JU - Não interrompendo o senhor, deveria ser ou nunca deveria cortar.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Exatamente.

A SRA. TIA JU - Eu digo assim: deveria ser o último ou, melhor, nunca cortar; porque, volto a dizer, todos os problemas vão parar lá.

Então, nós vemos pastas sem muita significação, sem muita expressão de ação, que não impacta diretamente a vida do cidadão. Era a provocação que eu sempre fazia para o prefeito. Se tem que tirar, na verdade, tem que tirar daquela Secretaria e botar na minha. Eu ainda apontava de onde tinha que tirar! Apontava. Dizia para o Secretário: desculpa, nada contra. Ele falava: não, é verdade, pode tirar um pedacinho aqui. Porque, realmente, tem Secretaria que não precisa. Tanto é que, quando chega no final do ano, devolve dinheiro, devolve recurso.

Então, em vez de devolver, manda para a Assistência, querido, aqui vai ser muito bem-vindo. Deveria ser um local e uma pasta que nunca deveria cortar, suprimir, mas é a primeira que pensam logo em cortar.

Então, a gente tem que estar preparada para gritar, Matheus.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Nós tivemos esse problema de diminuição orçamentária. Os Municípios acabaram sendo influenciados por isso. A senhora foi Secretária de Assistência Municipal e sabe a dificuldade do cofinanciamento. Graças a Deus, hoje, o Estado vem vivendo um momento de recuperação. Nós conseguimos colocar em dia, agora, já pagamos a 2ª parcela a todos os municípios que apresentaram as suas documentações, mas, mesmo assim, ainda se torna pouco, porque a gente sempre precisa mais. Eu vou dar um exemplo de quantos CRAS e CREAS a cidade do Rio de Janeiro tem inscritos hoje, mas quantos são cofinanciados. E assim é também dentro da nossa Secretaria num todo. Nós precisamos de mais recurso. É pouco, mas eu fico muito feliz, na última conversa que tive com o Governador Cláudio Castro, de que ele disse: olha, o Estado ficou durante muito tempo sem ter programa social. E o que a Secretaria hoje apresentar e nós tivermos orçamento, o Governo do Estado vai estar disponibilizando, dentro da sua possibilidade, para que seja atendido.

Então, a gente já solicitou às nossas Subsecretarias, todas elas, a do SUAS, a da Dependência Química, a de Direitos Humanos, enfim, para que a gente consiga fazer um levantamento real. Se não conseguirmos o ideal, mas que cheguemos próximo, para que a gente consiga oferecer dignidade, também, nessa pasta que está na Superintendência, que está dentro da Subsecretaria de Direitos Humanos. Esse planejamento já está sendo feito, está sendo apresentado ao Governador e tenho certeza que ele está sensível a essa pauta também.

A SRA. TIA JU - É importante porque vai nos balizar aí na hora de contemplar. Conte com a gente aqui para esse... Era uma fala que eu sempre fazia, nas audiências que participei enquanto Secretária, que os Vereadores... Eu pedia ajuda a eles: vocês precisam ficar mais atentos à questão orçamentária. Pode cobrar. Eu estou aqui para ser cobrada, mas eu também vou cobrar de vocês quanto vocês se dedicaram no aumento do orçamento, na questão orçamentária da pasta porque, aí, se eu estiver ou não estiver aqui, a cobrança vai continuar, mas, aí, tem a participação, também, do Legislativo ali, na hora de fechar a questão orçamentária das pastas.

A SRA. RENATA SOUZA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. RENATA SOUZA - Gostaria só de fazer uma última consideração porque, quando eu levanto as questões orçamentárias, e para a gente é sempre estratégico, não adianta, como já disse aqui e volto a repetir, a prioridade de um Governo, a gente vê quando ele aporta recursos em determinados programas, em determinadas pastas. Isso é evidente.

Então, eu levanto isso porque a gente sempre observou que o Desenvolvimento Social e Direitos Humanos sempre ficou aquém daquilo que merecia ter enquanto recursos financeiros e recursos humanos, também. É uma pasta que padece também de pessoas para trabalharem. Por que isso? Está no território. Se houve uma situação, enfim, de desmoroamento, como já disse aqui o nosso Presidente, nas chuvas... É a Assistência Social. A gente viu o que aconteceu em Teresópolis. É a Assistência Social. A gente viu o que aconteceu em Petrópolis, em Petrópolis, todo esse processo. E nós estamos na Comissão de Enfrentamento à Miséria e Combate à Pobreza e, ali, a gente vê o quanto que esses problemas são recorrentes e o quanto a fala é sempre a mesma em diferentes Secretarias de diferentes Municípios do Rio de Janeiro. Olha, não temos orçamento.

Então, essa é uma questão que a gente pode se debruçar. Inclusive, Sr. Presidente, para que a gente traga o debate expressivo na Assembleia Legislativa. Acho que aqui a gente faz uma CPI para conseguir dar não só visibilidade, mas dar consequência real do que está sendo discutido. Ou a gente faz políticas públicas que garantam orçamento para ela, ou as leis que estamos aprovando aqui nunca vão ter a efetividade que nós precisamos que tenha. Então, nesse sentido, só referendar que essa é uma questão que a gente vai se debruçar nessa CPI. E agradecer, de novo, ao Secretário Matheus por ter disponibilizado aí esse retorno. Claro, pedir, também, que os programas que estejam desenvolvidos hoje nesse tema sejam reportados à CPI, porque a gente tem aí um papel importante da relatoria - Deputado Danniel Librelon - que é essencial.

Então, reportar também, hoje, qual é o retrato feito na Secretaria nesse tema, é fundamental para a gente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Quer passar a palavra à Dra. Luciana?

Por favor.

O SR. MATHEUS QUINTAL - Só relatar. Fica o pedido aqui à Luciana e ao Guilherme, que é da nossa assessoria de comunicação, para que relate também à CPI todas as ações, mensalmente, que a gente tem feito dentro da Superintendência de Pessoas Desaparecidas e Acesso à Documentação Básica, para que também a CPI tenha acesso a esses dados. Acho que é importante para poder ajudar na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigada.

A SRA. LUCIANA CALAÇA - Bom-dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom-dia.

A SRA. LUCIANA CALAÇA - Eu queria só complementar al-

gumas informações que o Secretário deu. Quando nós chegamos - ele chegou há 70 dias, eu cheguei há 60 -, foi nos solicitado que a gente fizesse raios-X de toda Subsecretaria. Nesse raios-X, assim, mais imediato, dentro do meu guarda-chuva, eu tenho 13 pastas. O que a gente começou a observar é que as 13 se cruzam o tempo inteiro.

Então, essa já foi a nossa primeira orientação. Se chega algum caso de desaparecido na pasta, por exemplo, de LGBT, automaticamente, ela tem que se cruzar com a pasta da Jovita, e o trabalho já começa a ser feito pela nossa equipe, pelas Assistentes Sociais que estão na Baixada, que estão disponíveis dentro da nossa Sub para o atendimento. Da mesma forma, a questão do tráfico de pessoas. Nem sempre poderia ser tráfico. Pode ser alguém desaparecido. Então, até pela nossa falta de recursos iniciais, mas como uma emergência para a divulgação desse trabalho, a gente conseguiu parcerias. Aí, por exemplo, hoje, se você chega de uma viagem internacional, quando você desce as escadas depois da Polícia Federal, já está sendo, pelo banner, divulgada a questão do tráfico de pessoas; e as denúncias, a gente concentrou toda em nosso Disque Direitos Humanos.

Então, todas as áreas da Secretaria, o Disque agora é concentrado, todo 0800 é com a gente e a gente joga para as Subs responsáveis, porque a maioria acaba ficando conosco. A questão da capacitação dos abrigos SUAS, que o Secretário falou, a gente não só está capacitando os abrigos de criança/adolescente, como também os de idosos, porque eu venho da área de Criança, Adolescente e Idoso; e via muito, nas instituições que eu trabalhava, que eu dirigia, a questão do desaparecimento de idosos.

Então, junto com a nossa Coordenadoria de Idosos, a gente também está fazendo essa capacitação, junto com o pessoal, a equipe da Jovita, dentro dos abrigos de idosos do SUAS. Aqui seria uma sugestão: colocar para a Comissão da Infância e do Idoso que isso se abrisse para as instituições particulares, porque, assim, a Tia Ju me conhece e eu sempre bati na porta. Eu era de particular. Mas nem todos são assim.

Então, eu tinha uma demanda muito grande vinda da Delegacia, já me procurando porque eu estava na ponta com idosos abandonados. Mas eu acho que, nas instituições particulares, tanto de crianças, adolescente e idoso, isso também tinha que ser divulgado e capacitado. Até pela facilidade de a gente estar no mesmo andar, ali com a Priscilla, a primeira equipe que já foi capacitada foi a equipe da Priscilla, não só pelo desaparecido, mas também pelo trabalho escravo... Todas as nossas pastas de IDH, a gente está oferecendo capacitação para todas as Secretarias, porque é uma forma, ainda que a gente não tenha recursos, mas que a gente vá, em efeito dominó, plantando as sementinhas. E assim foram os municípios e, por isso, chegaram a esses centros, porque, agora, virou ao contrário: os municípios estão implorando para a gente ir. Então, hoje, por exemplo, a Jovita e a Suzy estão capacitando Barra Mansa. Essa tem sido a nossa demanda.

Então, assim, ontem a gente já fechou essas aberturas dos próximos 16, mas a tendência, havendo interesse do Município, a gente vai entrar em todos.

A SRA. TIA JU - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. TIA JU - Só uma questão de ordem, eu vou precisar, como eu falei, me ausentar, por conta da outra reunião. Não sei se já está caminhando para o fim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Estamos caminhando para o final, e até agradecer à Dra. Luciana. Já podemos fazer as considerações finais. Acho que é importante. Aqui, a gente ouviu a Secretaria de Assistência à Vítila, passar esse convênio que eles estão fazendo com a Delegacia de Descoberta de Paradoiros, que é importante ter esse auxílio psicológico nesse primeiro atendimento. O Dr. Matheus e a Dra. Luciana passaram como está hoje a estrutura da Secretaria, a questão dos núcleos, que eu acho que é importante, e também essa questão orçamentária que a gente precisa debruçar, estava até conversando aqui com o nosso relator, eu acho que o melhor dos mundos seria que a Assistência Social tivesse - quando falo Assistência Social são as pastas de Assistências Sociais, pode ter uma, duas, três, enfim - mas que elas tivessem recursos carimbados, assim como a Saúde e Educação têm, porque, se fica na mão do poder, do gestor Executivo, ele acaba sempre fazendo manobras e, óbvio, não e de má fé, porque existem tantas demandas num Estado que você acaba mexendo onde está mais fácil de mexer. Acho que a gente poderia - botar aqui já em deliberação - convidar o Secretário .Allan Turnowski para estar aqui conversando sobre essa questão não só do atendimento, mas uma outra questão que foi falada pelas mães, é que, muitas vezes, inquéritos saem de uma Delegacia e vão para outra e elas nunca sabem. Às vezes, são encerrados e elas também não sabem, e sem uma solução. Então, assim: foi encerrado, mas foi encerrado por quê? Qual foi... Foi remetido ao MP? Não foi? Como é que ficou isso?

Então, a gente precisa ter um... Eu acho até que os inquéritos policiais, aqueles que não fossem de sigilo, deveriam ser posto de uma forma que... que nem os processos judiciais: que as pessoas acompanhassem. Porque as pessoas não acompanham. Tem que ir à Delegacia o tempo inteiro para saber, e essas pessoas não têm uma estrutura jurídica para fazer esse acompanhamento. Nada disso.

Então, são só esses comentários que eu queria colocar. Querira saber se vocês estão de acordo com o convite para o Dr. Allan Turnowski.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Danniel Librelon.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Só fazendo um adendo aqui à fala do Presidente, até para pedir a ele a resposta que o Secretário colocou que, por mais que ele esteja na pasta há 70 dias, a própria Secretaria, desde o ano passado, já foi feita para ele uma solicitação na questão de capacitação das Delegacias, para, sim, receber as demandas de pessoas desaparecidas. E até agora não teve esse retorno.

Então, é bom ele estar, até para que ele possa também esplanar essa questão para o pessoal da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Renata.

A SRA. RENATA SOUZA - Primeiro, agradecer pela disponibilidade do Secretário Matheus Quintal, da Subsecretaria Luciana, da nossa Secretária Tenente-Coronel Priscilla, acho que a oitiva de hoje foi muito importante nesse sentido de a gente conduzir, Tia Ju, um debate mais de estrutura mesmo. Qual é a estrutura que o Estado, hoje, tem para oferecer, diante de um desaparecimento de uma criança? Quais são os protocolos que nós devemos todos seguir e a transversalidade que a gente precisa orientar para que ninguém bata cabeça e a gente tenha aí uma ação mais eficiência do Estado nesse sentido. Acho que essas perguntas a gente vai tentar não só responder, mas provocar, porque eu acho que muitas vezes não se pergunta sobre isso. Não são perguntas que sequer são feitas. E a gente sabe que todo orçamento destinado ao Desenvolvimento Social e aos Direitos Humanos são orçamentos que não é só imediato; eles são para a resolução de muitas debilidades que a gente tem na nossa sociedade, desde reconhecimento à tentativa de acesso à saúde, acesso à educação, mas acesso a direitos, a direitos mais básicos.

Então, nesse sentido, é uma pasta essencial. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, ter um carimbo para essa pasta deveria ser algo real porque, muitas vezes, quando se minimiza o papel do desenvolvimento social, não se entende, por exemplo, que a gente pode. Se a gente tem um trabalho eficiente, a gente diminui índice de criminalidade, a gente dá oportunidade para uma série de situações, em especial para os nossos jovens. Eu falava com o Secretário Matheus que nós fizemos algumas indicações legislativas para reabertura dos Centros de Referência de Juventude. Porque, se a gente falar: ah, nossa juventude é nem nem: nem trabalha nem estuda. Onde estão esses jovens? E é muito flagrante porque os desaparecidos são jovens! São crianças! Então, a gente precisa ter uma ação do Estado que conduza também as nossas crianças, a nossa juventude a terem oportunidades reais, então, essa pasta é fundamental para essa CPI e para o desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro.

Então, agradeço demais e já voto favorável ao encaminhamento de convite ao Secretário da Polícia Civil à nossa oitiva.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigada, Deputada. Aliás, dizendo que a Secretaria de Polícia Civil tem sido muito amiga na questão do Alerta Pri desenvolveu em tempo recorde o sistema, a parte de tecnologia da Secretaria de Polícia Civil.

Então, agradecer aqui. Vai ser bom também que a gente vai poder conversar um pouquinho mais sobre isso.

Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Agradecer aqui a presença do Secretário Matheus Quintal, da Subsecretaria Luciana Calaça, à Tenente-Coronel Priscilla, parabenizar pelo trabalho num curto prazo de tempo, já fazendo o exercício, o exercício que a gente sabe, como a Luciana falou, por ter estado ali na ponta, vivenciando, o exercício se torna mais prática, mas se torna uma Subsecretaria ou um Secretário chato, porque a gente já sabe o que tem que se cobrar. Então, a gente não perde tempo. Isso é essencial. Concorde que a gente precisa, de fato, chamar o Secretário. Esse protocolo precisa sair para ontem. Acredito que ele não irá se opor a isso. A gente precisa também, volto a frisar, como o sistema SUAS não está ali na Lei de Responsabilidade Fiscal, naquela que diz: olha, você não investiu o mínimo, então, você vai responder, por ser um sistema muito novo, acaba que ele fica re-negado. Se der, deu; se não der, não de. Então, é uma questão que a gente precisa realmente carimbar algo, com um orçamento ali específico, para que a pasta não seja asfixiada ou... A gente sabe que é um ato do Executivo, mas que não se mexa no orçamento predeterminado já para aquela pasta. Acaba contingenciamento, faz contingenciamento na pasta, o orçamento fica bloqueado. Aí, os programas que têm que andar, porque os programas funcionam com pessoas, elas precisam ser pagas. Aí, se faz o contingenciamento ou glosa dentro dos convênios e contratos. Isso dificulta ali o exercício, a execução para o Secretário, Subsecretário, dos serviços que tem ali na pasta.

Então, a gente precisa também, essa CPI buscar uma contribuição nesse sentido para que a pasta de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos seja menos afetada num momento de aperto, de crise que a gente vive, mas, minimamente, o orçamento pré-designado para aquela pasta não seja mexido, não seja contingenciado, não haja ali um bloqueio para que o uso dele... Que foi feito um planejamento, como o Secretário Matheus Quintal trouxe, já está fazendo o exercício, planejando o que, minimamente, a pasta precisa. Então, se mexe ali, nem o mínimo vai ser executado, porque se pensa sempre, pelo menos, no mínimo da execução e, aí, já sinaliza que, se há o mínimo, não se pode ser mexido porque, se mexer, prejudica cronometricamente os serviços de quem tanto precisa.

Agradecer a todos. Eu, de fato, preciso sair porque vou me deslocar, e o trânsito não está legal.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Querira agradecer a participação, mais uma vez, de todos aqui presentes: Secretário Matheus, Dra. Luciana e Secretária Priscilla.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa reunião.

Obrigado.

Id: 2355155

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 4392/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 16702/2021

R E S O L V E :

NOMEAR DANIELA DE CARVALHO BARROS, matrícula nº 428.623-3, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Renato Zaca, na vaga decorrente da exoneração de Solange Batista Eccard. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 4393/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 16222/2021

R E S O L V E :

MANTER junto à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle - Deputado Márcio Canella, **ADA DE ASSIS PAIVA**, matrícula nº 201.134-4, no cargo em comissão de Secretário de Comissão, símbolo CCDAL - 5, que vinha exercendo junto à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle - Deputado Rodrigo Amorim.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

Despachos da Mesa Diretora

Em 18.11.2021

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o Requerimento de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 4959/2021.

Atos do Diretor-Geral

EM 17.11.2021

PORTARIA "N"/DG/Nº 040/2021
O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo mencionados para constituírem Comissão Especial encarregada de realizar a seguinte licitação na modalidade de pregão presencial:

Processo nº: 13.830/2021

Pregoeiro:

- Lancaster Lopes de Moraes, matrícula nº 201.622-8.

Equipe de Apoio:

- Lucio André Pinto Ferraz, matrícula nº 201.614-5 8 (Pregoeiro Substituto).

- Manoel Augusto do Nascimento Barreto, matrícula nº 200.920-7.

- Carlos Cardoso de Moraes, matrícula nº 201.625-1.

- Sergio Gomes Novo, matrícula nº 425.049-4;

- Fatima Liz Lima Ferreira, matrícula nº 201.638-4.

- Ivan Teixeira Vital, matrícula nº 300.433-0.

Id: 2355155

Avisos, Editais e Termos de Contratos

COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Regimento Interno, e de acordo com o Artigo 6º do Ato da Mesa Diretora "N"/MD/Nº 651/2020, de 13/03/2020, os Senhores Deputados **CHICO MACHADO** - Vice-Presidente, **ROSANE FÉLIX BEBETO** e **DANNIEL LIBRELON**, membros efetivos, e os Senhores Deputados **MARCELO CABELEIREIRO**, **MARCELO DINO**,